
OS REVESES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL EM ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ

Thaíla Queiroz¹
Marize Conceição de Jesus²

Resumo

Segundo KabengeleMunanga, para se pensar no tema da mestiçagem e categorias raciais é preciso levar em consideração que ambos são também resultado de construções ideológicas. Neste sentido, entendemos que no Brasil, país altamente miscigenado e com histórico de lutas e projetos de branqueamento, autodeclarar-se negro é um ato político. A construção da identidade étnico-racial de alunos da educação básica e a forma como eles se autoidentificam, a partir do atual sistema de classificação de cor ou raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é o tema desta pesquisa, cujo objetivo principal apresenta-se como o de analisar o discurso destes jovens acerca de sua identidade étnico-racial. A análise do discurso dos alunos e alunas considerará as respostas dadas por eles a questionários, visto que nestes aqueles se identificam tomando por base as categorias de cor utilizadas no censo pelo IBGE: preto, pardo, amarelo, branco e indígena.

Palavras-chave: Identidade. Categorias raciais do IBGE. Branqueamento.

THE REVESTS FOR THE CONSTRUCTION OF ETHNIC-RACIAL IDENTITY IN STUDENTS OF BASIC EDUCATION IN BAIXADA FLUMINENSE/RJ

Abstract

According KabengeleMunanga to think about the motif of miscigenation and racial categories it's necessary to take into account that both are also results of ideological constructions, this way, we understand that in Brazil highly mixed country and with a whitening fight project, self-declaring black is a political act. Construction of ethno – racial identity of elementary school students and the way the identify themselves from the current system of classification of color or race of the "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", IBGE, it's the theme of this research, main objective is to analyze the discourses of these young people about them ethnic- racial identify. The analysis of student's speeches will be done through questionnaires where students will identify as reference the color categories used in the census by the IBGE: black, brown, yellow, white and indigenous.

Keyword: Identity. Racial categories of IBGE. Whitening.

¹ Professora de História e especialista em Educação para as Relações Étnico Raciais

² Mestre em Educação pela UFRRJ e Professora de História da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro.

LOS REVESES PARA LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD ÉTNICO-RACIAL EM ALUMNOS DE LA EDUCACIÓN BÁSICA EM LA BAJADA FLUMINENSE/RJ

Resumen

Según Kabengele Munanga, pensar en el tema mezcla de razas y categorías raciales hay que tener en cuenta que ambos son también el resultado de las construcciones, en este sentido, entendemos que Brasil, país altamente entrecruzado e con una historia de luchas y proyectos de blanqueo, declararse negro es un acto político. La construcción de la identidad étnico-racial de estudiantes de educación básica y la forma como ellos identifican a si mismos desde el sistema de clasificación de color actual o raza del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, IBGE, es el tema de esta investigación con el objetivo principal analizar el discurso de estos jóvenes acerca de su identidad étnico-racial. El análisis del discurso de los alumnos y alumnas se realizará a partir de cuestionarios donde los estudiantes identificarán, tomando como referencia las categorías de color utilizadas en el censo por el IBGE: negro, marrón, amarillo, blanco e indígena.

Palabras clave: Identidad. Categorías de raza IBGE. Blanqueo.

INTRODUÇÃO

Apesar de o Brasil ser o segundo maior país em população negra, boa parte dos negros brasileiros ainda renegam sua ancestralidade africana. A negação da identidade negra é fruto dos projetos de branqueamento da população brasileira que, embora não tenham mudado a fisionomia do povo brasileiro, alcançou todos os níveis da sociedade no que tange ao pensamento. Em outras palavras, a ideia de branqueamento foi incutida no pensamento social brasileiro, tornando o branco e sua cultura o padrão a ser alcançado e tudo aquilo que esteja fora deste padrão, marginalizado. Além disso, a ideia de branqueamento acentuou as complexidades da questão racial no Brasil, tendo como parâmetro as discussões em torno da mestiçagem.

A DEMOCRACIA RACIAL E A VALORIZAÇÃO DA MESTIÇAGEM: BREVE ABORDAGEM

Para debater a questão da mestiçagem no Brasil é preciso ter antes em mente que sobre o mestiço foi projetada ora a figura do degenerado ora a imagem de salvador da pátria. O que significa entender, portanto, que concepções de mestiço variaram com o tempo e que em todos os momentos sua condição social determinou a forma com a qual este deveria ser tratado pela sociedade. O mestiço rico e reconhecidamente filho do

senhor de engenho ou barão de café, por exemplo, era branco e considerado numa determinada elite. Já o mestiço fruto da senzala era preto e estava sujeito às barbáries do sistema escravista.

Ainda no que tange às percepções acerca do mestiço e o seu papel, é importante ressaltar que o período correspondente ao final do século XIX e a primeira metade do século XX foi palco de intensas discussões e formulação de teorias raciais. Nestas teorias, o branco enquanto portador de civilização, e consciente disso, deveria dominar o restante do mundo, ou seja, deveria levar seu ideal de civilização aos povos considerados atrasados.

Entre as teorias raciais deste período devemos destacar a Eugenia, um movimento científico e social utilizado como passo para a aplicação de conhecimentos sobre a hereditariedade com objetivo de obter um “aprimoramento” da raça humana. De acordo com Nancy Leys Stepan³, a Eugenia “introduziu novas ideias sociais e políticas inovadoras potencialmente explosivas como a seleção social deliberada contra indivíduos supostamente ‘inadequados’, incluindo-se aí cirurgias esterilizadoras involuntárias e racismo genético.”⁴

Podemos compreender, portanto, a eugenia como um conjunto de políticas e práticas cujo principal objetivo era a formação de uma sociedade perfeita a partir de critérios genéticos preestabelecidos à luz do que a época era considerado ideal.

[...] A novidade da eugenia como movimento social estava em seu enfoque concentrado na reprodução humana como arena para atuação da ciência e das políticas sociais. Ela visava identificar as características supostamente “disgênicas” do corpo ou do comportamento provocadas pela hereditariedade em indivíduos e grupos, e descobrir meios sociais de evitar que a má hereditariedade fosse transmitida.⁵

A eugenia enquanto ciência teve plena aceitação na América Latina. No Brasil, por exemplo, serviu de sustentáculo para os projetos nacionalistas e reforçou o ideal de identidade racial comum seguindo o modelo branco europeu. Neste sentido, podemos entender que a eugenia foi uma das percussoras da ideologia de democracia racial e projetos de branqueamento da população brasileira. Segundo Stepan, a emergência da eugenia na América Latina era condicionada pelas ideologias raciais da região e, no

³ STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

⁴ Idem, STEPAN, 2005, p. 9.

⁵ Idem, STEPAN, 2005, p.17-18.

caso brasileiro, devido à consciência da miscigenação⁶, abriu espaço para a dúvida de intelectuais brasileiros sobre a identidade racial do país reforçada por interpretações racistas acerca do mesmo vindas do exterior.

Alguns autores como Kabengele Munanga⁷ afirmam que “ao abordar a questão da mestiçagem no final do século XIX, os pensadores brasileiros se alimentaram sem dúvida do referencial teórico desenhado pelos cientistas ocidentais, isto é, europeus e americanos de sua época e da época anterior.”⁸ Contudo, tais teorias foram adequadas a realidade brasileira.

No entanto, no encaminhamento da discussão ideológico-política da mestiçagem para enfrentar o problema nacional, os pensadores brasileiros na sua maioria, apesar de terem sido alimentados pela “ciência” ocidental de sua época, elaboraram propostas originais, diferentes das elaboradas nos Estados Unidos, na América Espanhola, nas Antilhas Francesas e no Caribe⁹.

O cenário político econômico brasileiro neste período estava passando por transformações, e o fim da escravidão seguido da proclamação da República tornou parte da agenda do país os projetos nacionalistas e de construção de uma identidade brasileira. A elite intelectual preocupada e apoiada nas teorias racistas da época, que diziam respeito à influência negativa resultantes da herança do negro no processo de formação da identidade étnica brasileira¹⁰, se pôs no lugar de portadora dos ideais de nação que deveriam ser seguidos para que, posteriormente, a identidade nacional brasileira fosse de fato construída. Segundo Munanga “Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação.”¹¹

Entre os teóricos do período acima mencionado podemos citar Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana e Gilberto Freyre, que sob a luz das teorias europeias formularam e disseminaram suas próprias teorias acerca do mestiço.

⁶ Cf. Op.cit. STEPAN, 2005, p.53. “Finalmente, a emergência da eugenia na América Latina era condicionada pelas ideologias raciais da região. Os brasileiros, por exemplo, viam-se como um povo racialmente miscigenado e de pele escura, produto de gerações de cruzamentos entre índios, africanos e europeus.”

⁷ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

⁸ Idem, MUNANGA, Idem, 1999, p.50.

⁹ Idem, MUNANGA, 1999, p.50-51.

¹⁰ Idem, MUNANGA, 1999, p. 51.

¹¹ Idem, MUNANGA, 1999, p. 52.

Vale ressaltar que para os teóricos da Primeira República, 1889 a 1930, o conceito de raça esteve ligado às questões biológicas. A partir de 1930, para teóricos como Gilberto Freyre e Oliveira Viana, o termo abrangia questões culturais.

Alguns desses intelectuais defenderam a vinda de imigrantes europeus como ponte para o branqueamento da população brasileira. Em especial Oliveira Viana que defendia o branqueamento através da arianização dos mestiços “mais ou menos caucasoides”

Muitas foram as concepções sobre o mestiço e de acordo com Munanga¹², esses mecanismos seletivos dificultaram a formação de uma identidade, pois o bloco dos mulatos foi ainda compartimentado entre os disfarçáveis e os indisfarçáveis e os visivelmente negros. Para o autor, o conceito de mestiçagem vem:

Designar a generalidade de todos os casos de cruzamento ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes, colocando enfoque principal de nossas análises não sobre o fenômeno biológico enquanto tal, mas sim sobre os fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos decorrentes deste fenômeno biológico inerente à história evolutiva da humanidade.¹³

Para corroborar com o conceito forjado por Munanga, temos a perspectiva de Andreas Hofbauer¹⁴ que afirma que os projetos de branqueamento da população brasileira proposto pela elite intelectual surtiram mais efeito no pensamento político social do que na composição étnica.

[...] o ideário de transformar “negro” em “branco” perpassou longos períodos históricos, em que o ideal do branqueamento tem sido (re)semantizado constantemente. Nunca se resumiu à ideia de “transformar uma cor/raça em outra”. Na cor branca seriam projetados, ao longo do tempo, além de valores religiosos-morais, outros ideais, tais como liberdade e progresso civilizatório. Esse ideário tem refletido não apenas os anseios e os interesses das elites, mas tem tido também respaldo no imaginário popular.¹⁵

Segundo Gislene Aparecida dos Santos¹⁶, no Brasil, as teorias racistas aprimoradas no século XIX se alastraram de forma inimaginável. O que significa dizer que a inferiorização do negro durante a escravidão continuou mesmo após a Abolição e

¹² Idem, MUNANGA, 1999.

¹³ Idem, MUNANGA, 1999, p.21.

¹⁴ HOFBAUER, Andréas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁵ Idem, HOFBAUER, 2006, p.27.

¹⁶ SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

a ela foram somados outros mitos, como o da vagabundagem e incompetência do negro. Tais mitos contribuíram para a marginalização do negro e a plena aceitação do imigrante branco europeu como passo para eliminação da presença negra no país.

Ainda de acordo com a autora, uma das estratégias utilizadas para eliminar a presença negra foi a alienação do negro de sua própria história incutindo uma imagem invertida do mundo aos negros para que eles tomassem com parâmetro a conduta dos homens brancos e aceitassem de forma pacífica a "integração" que lhes era oferecida.¹⁷

AS CATEGORIAS RACIAIS DO IBGE E O LEGADO DEIXADO PELOS PROJETOS DE BRANQUEAMENTO

Discussões acerca da temática da Imigração recebem destaque no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Nesse período, os debates referentes à vinda de imigrantes giravam em torno não apenas da questão econômica, em especial da substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre e especializada, como também das possíveis contribuições sociais e raciais que o imigrante poderia trazer para a população brasileira. Nessa linha de raciocínio, verificamos duas vertentes do pensamento social brasileiro vigente naquela época com relação à vinda de imigrantes: contribuições e consequências tanto positivas quanto negativas.

A primeira delas, conforme citado acima, ligava-se à economia agroexportadora que naquele período, devido ao declínio do regime escravocrata, encontrava-se ameaçada. Era iminente o perigo pelo qual passava a economia brasileira, e por isso verificou-se a necessidade de repensar as relações de trabalho nas lavouras. Uma nova modalidade se fazia necessária, e o trabalho livre assalariado foi a solução encontrada. No entanto, quem seria esse empregado, uma vez que o negro era socialmente e intelectualmente inferiorizado?

Assim como no período colonial, o negro no Brasil dos oitocentos era concebido como degenerado e inferior com relação ao branco e por isso não se enquadrava no ideal de civilização proposto pelas elites. Além disso, de acordo com elas, os grandes problemas nacionais tiveram sua origem na "mistura" entre negros, brancos e índios, ou seja, na miscigenação. Por este motivo, enquanto a elite agrária pensava numa solução para os problemas da economia, a elite intelectual se preocupava com os problemas sociais e a solução encontrada por todos foi a vinda de imigrantes. Assim, a partir da

¹⁷ Idem, SANTOS, 2005, p. 27.

segunda metade do século XIX, o governo brasileiro se mobilizou em prol de campanhas de incentivo a imigração.

Naquele momento, sobre a figura do imigrante, recaíram as expectativas de substituição do trabalho escravo para o trabalho livre e especializado, uma vez que boa parte do contingente imigrante que aqui chegou, durante o período de 1850 a 1888, estava habituado ao trabalho agrícola¹⁸. Além disso, esperava-se que o recém chegado, exclusivamente europeu, trouxesse consigo hábitos e valores civilizados aos olhos das elites brasileiras.

A chegada do imigrante causava agitação nos membros da elite, principalmente porque, além de trabalhador agrícola especializado e civilizado, o novo habitante deveria se assumir como brasileiro e integrar-se à população local, o que alavancaria o projeto de regeneração social brasileiro pelas vias de seu progressivo embranquecimento e eliminaria, futuramente, na opinião da elite, principalmente a elite médica, qualquer resquício mestiço da sociedade brasileira.

Marcos Chor Maio¹⁹, em estudo sobre o pensamento higienista brasileiro do século XIX, apesar da clara discordância com a tese proposta por Sidney Chalhoub²⁰ de que, no século XIX, as políticas públicas elaboradas para o setor da saúde que privilegiavam o combate a febre amarela, doença que afligia principalmente imigrantes-brancos- em detrimento do controle da tuberculose, considerada doença de negros, denotaria a engenhosidade dos higienistas brasileiros. Engenhosidade esta que se traduziria na política de embranquecimento da população brasileira e a consequente eliminação da raça negra, concorda com Chalhoub quando este afirma que “De fato a

¹⁸ Sobre os imigrantes habituados ao trabalho agrícola, o autor Paulo Gonçalves em sua tese *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o Novo Mundo* destaca os imigrantes italianos. Para o autor, os surtos imigratórios europeus habituados ao trabalho agrícola, são reflexos de transformações ocorridas ainda no século XVIII. Problemas econômicos e sociais, como por exemplo, a pressão sobre a terra, rebaixamento dos salários e o crescimento demográfico foram fatores decisivos para a decisão de emigrar de ingleses, irlandeses, suíços e alemães em meados do século XIX. Se tratando de Itália, o impulso ao processo emigratório foi similar aos fatores de expulsão de pessoas dos países pioneiros, porém com algumas particularidades. A primeira grande onda emigratória italiana se deu no período de transição para o capitalismo, visto que até então a sociedade italiana pautava – se no sistema feudal, onde o valor estava atribuído a terra e seu trato. Outra característica da onda emigratória italiana foi a não aceitação por parte dos camponeses a proletarização¹⁸ da sociedade italiana. Faz – se necessário salientar que estas particularidades da decisão de emigrar de alguns italianos foram favoráveis aos interesses comerciais da sociedade cafeeira brasileira Oitocentista. Conferir em: GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2008.

¹⁹ MAIO, Marcos Chor. *Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX*. In.: MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. pp.51-81.

²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Febre Amarela*. In.: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

solução imigratória e o ideal de embranquecimento eram pontos importantes da agenda civilizatória nos trópicos defendida por segmentos das elites econômica, intelectual e política, inclusive membros da categoria médica nas últimas décadas do século XIX”²¹. Especialmente porque “desde o final dos anos 1860 havia produção de conhecimento de ‘médicos-antropólogos’ sobre os perigos da miscigenação com a potencial presença de ‘imigrantes indesejáveis’ ou acerca da inferioridade de povos indígenas”²².

Contudo, para Marcos Chor Maio, diferentemente de Sidney Chalhoub, a ideologia higienista do século XIX, pelo menos não até as primeiras décadas da era republicana, no Brasil, baseava-se “em princípios da bacteriologia e da microbiologia, mantendo elos de continuidade com o ideário neo-hipocrático do século XIX no Brasil, particularmente no que tange à recusa a chaves explicativas de natureza racial”²³. No entanto, interessa-nos saber que, a partir do ano de 1860, para a elite médica brasileira, concatenada com as teses europeias e norte-americanas sobre a maleabilidade dos seres humanos e suas possibilidades de adaptação, consideraram que “As doenças tropicais eram vistas como ligadas não apenas a climatológicos e topográficos, mas também a causas de natureza social e política, tais como pobreza, subnutrição, falta de serviços de saúde pública e escravidão”²⁴. Isso nos leva à segunda vertente do pensamento social brasileiro acerca da vinda de imigrantes: a do elemento branco como portador do progresso e civilidade. Acreditamos que pensar numa política, na qual a limpeza urbana e o saneamento associados à remodelação de casas e novos hábitos trazidos pelo elemento branco (imigrante europeu) para os intelectuais higienistas da época traria o progresso ao país.

Entendemos que a negação da identidade negra é fruto dos projetos de branqueamento da população brasileira que, embora não tenham mudado a fisionomia do povo brasileiro, alcançaram todos os níveis da sociedade no que tange ao pensamento. Em outras palavras, a ideia de branqueamento foi incutida no pensamento social brasileiro tornando o branco e sua cultura o padrão a ser alcançado e tudo aquilo fora deste padrão, marginalizado. Além disso, a ideia de branqueamento acentuou as complexidades da questão racial no Brasil.

Nesse sentido, a tese apresentada por Hofbauer nos permite entender por que os jovens brasileiros ainda hoje preferem a cor branca em detrimento da negra. Dados nos

²¹ Op. Cit. MAIO 2010,p.56.

²² Op. Cit. MAIO 2010,p.56.

²³ Idem, CHALHOUB,1996, p. 55.

²⁴ Idem, CHALHOUB,1996, p. 62.

relevam que a cada dez jovens “visivelmente” pretos e pardos, apenas um ou dois se autodeclararam enquanto tal.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, trabalha com categorias raciais desde seu primeiro censo, realizado em 1872. Nesse ano, a classificação por raças era a seguinte: “branco, preto, pardo e caboclo, esta última dirigida a contabilizar a população indígena do País.” Já em 1890, “mestiço” foi elevado à categoria de cor em virtude dos projetos de branqueamento da população brasileira via imigração²⁵. (IBGE, 2008, p.14). Ainda com relação à categoria de mestiço, vale ressaltar que o objetivo desta categoria era a exaltação da ascendência ou origem racial do entrevistado produto das uniões de pretos e brancos e de caboclos.

A elaboração do atual questionário do IBGE, no que se refere ao perfil étnico-racial brasileiro, foi resultado de planejamento e consultas com representantes dos movimentos negro e indígena, pesquisadores e órgãos estaduais. A construção foi, portanto, elaborada em conjunto, e sua elaboração atende as demandas da sociedade.

A percepção da necessidade de estudar, de forma abrangente e aprofundada, o significado, a construção e a utilização destas categorias conduziu ao planejamento de consultas com representantes dos movimentos negro e indígena, pesquisadores, órgãos estaduais e outros usuários das informações derivadas da classificação de cor ou raça. Assim, numa perspectiva de construção em um processo de diálogo, foram realizados seminários e oficinas de trabalho, visando à elaboração conjunta de uma pesquisa que permitisse aprofundar a compreensão das categorias raciais utilizadas e que subsidiasse a elaboração de novas propostas atualizadas de classificação, atendendo às repetidas demandas da sociedade²⁶.

Compreender o conceito de identidade se faz necessário neste momento, pois entendemos que identidade é um elemento em constante formação. Algo que se constrói e se reconstrói a partir das interações do indivíduo com o meio, além de suas próprias autodefinições. Sendo assim, as relações entre o indivíduo e o outro, assim como a maneira como este deseja ser visto em sociedade definem sua identidade. Além disso, a dupla formada por identidade e identificação pode ser reveladora no que tange a aprovação e/ou aceitação do ser enquanto indivíduo e enquanto coletivo.

²⁵ IBGE. *Características Étnicas - raciais da população: Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008*. Disponível. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>

²⁶ Idem, IBGE, 2008, p.16.

Segundo Stefânia Arca Garrido Loureiro²⁷ (2004), existem relações entre o conceito de identidade e a história construída pelo próprio indivíduo. Ainda de acordo com a autora, “As ideologias que organizam as respectivas sociedades fornecem, aos indivíduos que nelas se engajam, uma possibilidade de identidade satisfatória para a vida em sociedade²⁸.” As ideologias em voga oferecem aos indivíduos um leque de opções e identificações que corroboram com a formação de sua identidade e estruturação de seu caráter.

[...] a identidade está relacionada com um sentimento consciente de singularidade individual e esse estilo, que a pessoa percebe como sendo seu, coincide com a “uniformidade” e continuidade do significado que a pessoa tem para os outros membros da comunidade. É a percepção de que existe uniformidade e continuidade nos métodos de sintetização do ego, um Eu coerente e uma solidariedade com os ideais de um grupo²⁹.

Para Stuart Hall³⁰ a identidade é também algo em construção que se forma ao longo do tempo. Ainda segundo o autor, ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

Assim, em vez de falar de identidade como coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado de plenitude³¹.

O conceito de identidade sustentou nossa pesquisa, pois através dele podemos entender que para nossos jovens fazer parte de um grupo idealizado político e socialmente é muito mais importante, porque o ser aceito importa mais do que aceitar a si mesmo. Nesse sentido, percebemos que ainda hoje a representatividade do negro não faz frente ao padrão branco ideal de outrora.

²⁷ LOUREIRO, Stefânia Arca Garrido. *Identidade étnica em re-construção. A resignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmicas de grupo, na perspectiva existencial humanista*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora O Lutador, 2004.

²⁸ ERIKSON, 1976, Apud LOUREIRO, 2004, p.50.

²⁹ Idem, LOUREIRO, 2004, p.53

³⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 7ª ed. Editora DP&A. São Paulo: 2002.

³¹ Op. Cit. LOUREIRO, 2004, p.38-39.

O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE ALUNOS E ALUNAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O ambiente escolar tem papel fundamental na formação dos indivíduos, pois é nele que as primeiras relações entre "nós e o outro" são estabelecidas. A escola é, portanto, o espaço de socialização do educando com mundo exterior, longe do seio familiar e de toda estrutura herdada ao longo das gerações de pai para filho.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação é dever da família e do Estado, o que significa que tanto família quanto Estado devem caminhar juntos em prol da formação do indivíduo. Sabemos que cada indivíduo carrega princípios, sejam éticos, morais ou religiosos, além de modos de pensar que lhes diferenciam uns dos outros e que lhes foram transmitidos por seu grupo familiar e/ou constituídos ao longo do tempo. Contudo nem sempre tais princípios e modos de vida respeitam a individualidade de outros grupos ou incitam a respeito aos que não lhes são iguais. Por este motivo, é papel da Educação não somente assegurar a produção e transmissão do conhecimento, mas contribuir para a formação de uma sociedade justa e democrática.

A Lei 9.394/96 destaca ainda o papel do professor no processo de formação do educando. Decerto, o professor não ocupa a posição central no processo de ensino-aprendizagem e neste trabalho; nosso foco não é o professor, contudo compreendemos que este tem papel fundamental no processo de formação da identidade dos alunos. É no ambiente escolar e, na maioria das vezes, através de professores e professoras, que valores nos são transmitidos. Não somente valores, mas visões de mundo diferentes das apresentadas pela família chegam até nós no ambiente escolar por intermédio do professor. De acordo com Conceição Corrêa das Chagas³²:

A linguagem com seu grande percentual afetivo, facilita a transmissão da comunicação intergrupo, perpassada de preconceitos, estereótipos, valores, enfim, de todas as representações sociais. Dessa forma, desde criança, recebemos e aprendemos a intrometer ideologias que a sociedade pretende perpetuar e a família é a inicia a pessoa neste aprendizado. Depois, outras instituições dão continuidade a esse processo.³³

Acreditamos no papel do professor enquanto formador de opinião porque é ele quem lida com os jovens no dia a dia. Acreditamos na escola como espaço onde

³² CHAGAS, Conceição Corrêa. *Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1997.

³³ Op.Cit.CHAGAS, 1997, p.27-28

ideologias estereotipadas podem ser feitas e desfeitas a partir de mecanismos e práticas pedagógicas orientadas para as relações sociais igualitárias ou não. Por fim, acreditamos na educação como passaporte para uma sociedade justa que respeite as diferenças. Nesse sentido, é importante salientar que o professor precisa se comprometer com a formação da identidade de seus alunos e alunas, e no que diz respeito à formação étnico-racial não poderia ser diferente.

Pensar na questão das identidades é acima de tudo pensar nas relações entre o "eu e o outro". O papel da escola e do professor é contribuir para o desenvolvimento crítico dos alunos no que tange a identidade étnico-racial. Para nós, ter senso crítico neste aspecto é ter a capacidade de compreender nossa formação enquanto povo miscigenado, valorizar nossas raízes e não aceitar o padrão eurocêntrico de organização social e beleza nos impostos desde os primórdios da colonização.

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei 9.394, acrescentando o artigo 26–A que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, pode ser, a partir das leituras de Luiz Fernando Oliveira, entendida como uma vitória de grupos de resistência à hegemonia branca, em especial do Movimento Negro. Não entraremos em detalhes sobre a trajetória deste grupo e de outros militantes individuais, todavia cabe destacar que "as iniciativas mais relevantes que constituem a memória desses movimentos, que marcam o atual processo de discussão dos atores que se mobilizaram para a implementação da Lei 10.639/03."³⁴

Nossa opção pelo tema deste trabalho encontrou força na obrigatoriedade da lei. E nosso mecanismo de enfrentamento do racismo foi o estudo do processo de formação da identidade étnico racial de nossos alunos e alunas. Para tanto, utilizamos a pesquisa de campo, através da qual por meio de entrevistas individuais num questionário semiestruturado, iniciamos nossas análises.

Nos questionários, perguntamos alguns dados básicos dos alunos e alunas, como nome, data de nascimento, ano de escolaridade e local de nascimento. No entanto o eixo central foram as seguintes perguntas: "Cor/ raça – como você se identifica?" e "Cor/raça – como você se declara?". Após cada uma destas indagações, inserimos como alternativas as categorias raciais elaboradas pelo IBGE, preto, branco, indígena, pardo e

³⁴ A Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Cf.: www.planalto.gov.br

amarelo, além das opções “não sei” e “outro (a)”. Em seguida, perguntamos o porquê de cada escolha.

Os adolescentes, participantes dessas entrevistas, diversificaram-se quanto ao sexo e a idade, que variou entre 12 e 18 anos. O material obtido a partir dos itens do questionário foi submetido à análise de conteúdo.

As entrevistas foram realizadas em três escolas da rede privada de ensino de dois municípios da Baixada Fluminense (região metropolitana do Rio de Janeiro), Nova Iguaçu e Belford Roxo, respectivamente. Nas duas escolas do município de Nova Iguaçu, foram entrevistados alunos e alunas do segundo segmento do Ensino Fundamental, segmento este que abarca os 6º, 7º, 8º e 9º anos de escolaridade. Já em Belford Roxo, os entrevistados foram os estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. No total, entrevistamos 44 alunos do Ensino Médio e 114 do Ensino Fundamental, perfazendo uma média de 158 entrevistas. Sendo 32 alunos do 9º ano, 30 do 8º ano e 52 do 7º ano do Ensino Fundamental. Do Ensino Médio, entrevistamos 16 do 1º ano, 18 do 2º ano e 10 do 3º ano.

Tabela 1 – Quadro de respostas à pergunta “Cor/raça como você se identifica?” – alunos do Ensino Fundamental.

	7º ANO	8º ANO	9º ANO
PRETO	8	7	8
PARDO	0	10	10
BRANCO	17	6	6
AMARELO	1	1	6
INDÍGENA	3	1	2
NÃO SABE	1	1	1
OUTRO	5	4	0

Tabela 2 – Quadro de respostas à pergunta “Cor/raça como você se declara?” – alunos do Ensino Fundamental.

	7º ANO	8º ANO	9º ANO
PRETO	8	5	6
PARDO	17	11	9
BRANCO	18	7	6
AMARELO	2	1	7
INDÍGENA	4	3	2
NÃO SABE	0	0	1
OUTRO	0	0	1

Tabela 3 – Quadro de respostas à pergunta “Cor/raça como você se identifica?” – alunos o Ensino Médio.

	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PRETO	3	7	5

PARDO	3	6	4
BRANCO	5	5	0
AMARELO	0	0	0
INDÍGENA	2	0	0
NÃO SABE	4	0	0
OUTRO	0	0	1

Tabela 4 – Quadro de respostas à pergunta “Cor/raça como você se declara?” – alunos o Ensino Médio.

	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PRETO	4	5	4
PARDO	3	7	0
BRANCO	5	3	5
AMARELO	0	1	0
INDÍGENA	0	0	0
NÃO SABE	0	2	0
OUTRO	4	0	0

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados percebemos certas dificuldades dos entrevistados em sua autoidentificação. Muitos deles se questionaram com relação às cores presentes no questionário. Perguntas como “O que é ser amarelo?” e “Quem é pardo?” foram frequentes. Além disso, muitos não souberam, a partir de argumentos baseados na sua própria experiência, responder a que etnia pertencem. Justificaram-se na família para responder por que se autoidentificam pardo, preto, branco, amarelo ou indígena. Percebemos a não compreensão de que à “categoria” de amarelos pertencem, segundo o IBGE, os asiáticos.

Outro fator relevante foi a não escolha de muitos pela "categoria" de pretos. Fato este que revela que, ainda hoje, apesar dos quase cento e trinta anos da Abolição, e vinte e oito anos da Constituição Federal de 1988, que tornou o racismo crime inafiançável e treze anos da 10.639, o negro ainda é marginalizado, por isso, em virtude disso, alternativas à negritude são buscadas.

Tal constatação nos remete a pesquisas realizadas pelo IBGE em 1976. Através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD colheu mais de cento e trinta respostas para a questão sobre "cor" dos brasileiros. Dentre elas, podemos citar: acastanhado, amarela, bronze, cor do café, crioula, morena, morena-jambo, pouco-clara, queimada de sol e retinta. Embora a escolha dessas cores não signifique a ausência da cor negra, também encontrada entre essas 136 cores, todas as demais podem ser entendidas como alternativa a ela. E, portanto, uma não aceitação da negritude.

De acordo com *Data Folha*, a mencionada lista serviu de base para o IBGE, através da categoria pardo, definir pessoas que não fossem brancas. Ainda de acordo com a publicação, por se tratar o pardo de uma categoria de "não branco", o resultado das PNADs 1992 e 1993 demonstraram a rejeição da cor parda e, no lugar desta, 43% dos brasileiros maiores de 16 anos se classificaram como morenos e suas variações.

Para Antonio Sérgio Alfredo Guimarães a quantidade de cores sinaliza a importância da cor como marcador social. Para complementar a constatação do autor, afirmamos que a categoria cor para nossos alunos e alunas representa tanto uma ideia de pertencimento a uma família, justificando a escolha da própria cor a partir da cor de parentes, quanto uma gama de qualidades que para eles somente os brancos possuem em contraste com a visão estereotipada e estigmatizada do negro tão bem apreendido pelo racismo.

Os dados coletados demonstraram que muitos de nossos alunos e alunas ainda buscaram alternativas diferentes da categoria "preto (a)" em suas respostas as perguntas "Como você se identifica?" e " Como você se declara?". Percebemos que muitos optam pelas categorias branco (a), amarelo (a), indígena e pardo (a) como alternativa à categoria "preto(a)".

Além disso, muitos avaliaram suas escolhas partindo a partir de comparações com outros alunos e, na maioria dos casos, com pessoas de suas próprias famílias. De acordo com nossa avaliação, muitos dos que se autodeclararam ou identificaram como branco, amarelo ou indígena são de acordo com o critério da atribuição, pretos e pardos, portanto, negros.

Com relação às comparações de nossos jovens com seus familiares como justificativa para a categoria escolhida, em muitos casos diferentes da realidade, concluímos que a família e toda visão de mundo por ela transmitida tem profunda relação com a formação étnico-racial de nossos jovens. Quando a comparação física não foi possível, por exemplo, a justificativa do aluno preto que não marcou tal categoria foi:

“Índia. Porque sou descendente de índio.”

G.F.13 anos, 7º ano do Ensino Fundamental.

Cabe ressaltar, que a aluna em questão, de acordo com nossa atribuição, é preta. Exemplos como estes demonstram que nossos adolescentes ainda não sabem distinguir índio de amarelo e vice-versa. Mas ainda assim "preferem ser" brancos em detrimento

do negro. Esse é um indicativo de que devemos, sim, tratar de questões ligadas à temática étnico-racial e formação social do Brasil na sala de aula.

Ao nos questionarmos por que ainda hoje poucos afro-brasileiros se assumem como negro ou negra e ainda, como acontece o processo de construção da identidade étnico-racial de nossos jovens, percebemos que desde sempre nossos alunos e alunas necessitam conhecer e reconhecer o processo de formação de nosso país e, mais do que isso, nossa formação enquanto povo. Povo este formado a partir de outros povos com especial destaque para índios, brancos e negros, de diversas nações que nos deram origem.

Percebemos que quando direcionamos nosso olhar para os alunos e alunas, negros e negras, o quadro se agrava. Além do pouco conhecimento acerca de nossa história, poucos são aqueles que se reconhecem negro, seja por preconceito e/ou ausência de representatividade. Sendo assim, quatorze anos depois de reformulada a LBD 9394/96, reafirmamos a importância de trabalharmos a história e cultura afro-brasileira e africana nos conteúdos curriculares conforme determina o artigo 26A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Conceição Corrêa. *Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1997.

CHAULHOB, Sidney. Febre Amarela. In.: CHALHOB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na orgnaização da emigração europeia para o Novo Mundo*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 7ª ed. Editora DP&A. São Paulo: 2002.

HOFBAUER, Andréas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

IBGE. *Características Étnico-raciais da população: Um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008*.

Disponível: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>.

LOUREIRO, Stefânia Arca Garrido. *Identidade étnica em re-construção. A ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmicas de grupo, na perspectiva existencial humanista*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora O Lutador, 2004.

MAIO, Marcos Chor. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In.: MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça como*

questão: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. pp.51-81.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. *História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora de Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

Sites:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>